

Ensino e Geografia

Vozes da enchente: Geografias das Juventudes e os jovens escolares de 2024 do bairro Humaitá (Porto Alegre, RS)

Voices of the flood: Geographies of Youth and school youths of 2024 in the Humaitá neighborhood (Porto Alegre, RS)

Voces de la inundación: Geografías de las Juventudes y jóvenes escolares de 2024 del barrio Humaitá (Porto Alegre, RS)

**Victor Hugo Nedel Oliveira¹ , Marina de Assumpção Bello¹ ,
Ana Beatriz Weber Pithan¹ , Nicole Boff Casagrande¹ ,
Raquel Amaro da Silveira Torres¹ **

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul , Porto Alegre, RS, Brasil

RESUMO

O artigo analisa as percepções emocionais e pedagógicas de jovens estudantes do Ensino Médio afetados pela enchente de maio de 2024 no bairro Humaitá, em Porto Alegre (RS), a partir do campo das Geografias das Juventudes. O estudo parte do reconhecimento de que os desastres climáticos produzem impactos que ultrapassam as dimensões materiais, incidindo sobre as subjetividades juvenis, as trajetórias escolares e as relações com o território. Metodologicamente, adota-se uma abordagem quanti-qualitativa, com aplicação de questionário estruturado a 23 estudantes concluintes do Colégio Estadual Carlos Fagundes de Mello, contemplando dimensões emocionais e pedagógicas. Os resultados evidenciam a predominância de sentimentos como preocupação, medo e ansiedade frente à recorrência de eventos extremos, dialogando com o conceito de ecoansiedade, ao mesmo tempo em que emergem afetos como solidariedade, esperança e resiliência. Observa-se, contudo, fragilidade no acesso a suportes institucionais de saúde mental, bem como dificuldades na verbalização das emoções em âmbito comunitário. No plano pedagógico, destacam-se a interrupção prolongada das aulas, a desmotivação para os estudos e a percepção de despreparo da escola para enfrentar desastres futuros, apesar do consenso quanto à importância de aprender sobre mudanças climáticas. Conclui-se que a articulação entre educação, cuidado emocional e justiça socioambiental é central para fortalecer as capacidades adaptativas das juventudes em contextos de emergência climática.

Palavras-chave: Juventudes; Escola; Evento climático extremo

ABSTRACT

This article analyzes the emotional and pedagogical perceptions of high school students affected by the May 2024 flood in the Humaitá neighborhood, Porto Alegre (RS), from the perspective of the Geographies of Youth. The study is grounded in the understanding that climate disasters generate impacts that go beyond material dimensions, affecting youth subjectivities, school trajectories, and relationships with territory. Methodologically, a mixed quantitative-qualitative approach was adopted, based on the application of a structured questionnaire to 23 graduating students from Colégio Estadual Carlos Fagundes de Mello, addressing emotional and pedagogical dimensions. The results reveal a predominance of feelings such as concern, fear, and anxiety regarding the recurrence of extreme events, dialoguing with the concept of eco-anxiety, while also highlighting affects such as solidarity, hope, and resilience. However, weaknesses are identified in access to institutional mental health support, as well as difficulties in verbalizing emotions at the community level. From a pedagogical perspective, prolonged interruption of classes, lack of motivation to study, and perceptions of school unpreparedness to face future disasters stand out, despite a consensus on the importance of learning about climate change. The study concludes that articulating education, emotional care, and socio-environmental justice is essential to strengthening youth adaptive capacities in contexts of climate emergency.

Keywords: Youth; School; Extreme climate event

RESUMEN

El artículo analiza las percepciones emocionales y pedagógicas de jóvenes estudiantes de educación secundaria afectados por la inundación de mayo de 2024 en el barrio Humaitá, en Porto Alegre (RS), desde el campo de las Geografías de las Juventudes. El estudio parte del reconocimiento de que los desastres climáticos producen impactos que trascienden las dimensiones materiales, incidiendo en las subjetividades juveniles, las trayectorias escolares y las relaciones con el territorio. Metodológicamente, se adopta un enfoque cuantitativo-cualitativo, mediante la aplicación de un cuestionario estructurado a 23 estudiantes egresados del Colégio Estadual Carlos Fagundes de Mello, contemplando dimensiones emocionales y pedagógicas. Los resultados evidencian el predominio de sentimientos como preocupación, miedo y ansiedad frente a la recurrencia de eventos extremos, en diálogo con el concepto de ecoansiedad, al mismo tiempo que emergen afectos como la solidaridad, la esperanza y la resiliencia. No obstante, se observan fragilidades en el acceso a apoyos institucionales de salud mental, así como dificultades para la verbalización de las emociones en el ámbito comunitario. En el plano pedagógico, se destacan la interrupción prolongada de las clases, la desmotivación para el estudio y la percepción de falta de preparación de la escuela para enfrentar futuros desastres, a pesar del consenso sobre la importancia de aprender acerca del cambio climático. Se concluye que la articulación entre educación, cuidado emocional y justicia socioambiental es central para fortalecer las capacidades adaptativas de las juventudes en contextos de emergencia climática.

Palabras-clave: Juventudes; Escuela; Evento climático extremo

1 INTRODUÇÃO

Entre os meses de abril e maio de 2024, o Rio Grande do Sul foi atingido pelo mais grave evento hidrológico de sua história recente, marcado por volumes excepcionais

de precipitação e por uma duração inédita das chuvas (Fan *et al.*, 2025). De acordo com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA, 2025), em algumas localidades os índices pluviométricos superaram 700 mm em poucos dias, resultando em alagamentos extensos e impactos significativos em 478 dos 497 municípios do estado. Estima-se que mais de 2,3 milhões de pessoas tenham sido diretamente afetadas, com o registro de 183 óbitos, além de milhares de indivíduos desalojados ou desabrigados. Na capital, Porto Alegre, o lago Guaíba alcançou a cota histórica de 5,37 metros, ocasionando a inundação de áreas centrais e periféricas. Os prejuízos econômicos foram expressivos em diferentes setores, e o processo de reconstrução tende a se prolongar por anos, demandando, inclusive, o reassentamento de populações que residem em áreas de risco.

A dimensão desse desastre decorreu da articulação entre fenômenos climáticos extremos e vulnerabilidades socioambientais historicamente produzidas. No contexto do Rio Grande do Sul, a atuação concomitante do fenômeno El Niño, as particularidades geomorfológicas do território e os efeitos das mudanças climáticas globais intensificaram os impactos do evento. Conforme destacam Arias *et al.* (2023), essas transformações contribuem para o aumento da frequência e da intensidade de enchentes e episódios de precipitação extrema. Ademais, em 2024, a temperatura média global ultrapassou 1,5 °C em relação ao período pré-industrial, ampliando a ocorrência de eventos climáticos extremos em escala global (Nobre; Reid; Veiga, 2012; Aquino; Schossler; Valente, 2025).

Em nível local, séries históricas do comportamento do Guaíba indicam que, ao longo da última década, as cheias tornaram-se mais recorrentes e intensas, superando padrões anteriormente observados (ANA, 2025). Essas dinâmicas climáticas associam-se a vulnerabilidades socioambientais pré-existentes, agravadas por processos de urbanização desordenada, como a impermeabilização do solo e a supressão da vegetação nativa. Tais fragilidades incidem de forma mais intensa sobre territórios periféricos, nos quais desigualdades socioeconômicas estruturais ampliam a exposição das populações aos riscos socioambientais.

Os efeitos da crise climática também se manifestaram de maneira contundente no campo educacional. Segundo dados da ANA (2025), 577 escolas foram danificadas no estado, impactando aproximadamente 225 mil estudantes. Além disso, mais de 80 instituições da rede estadual passaram a funcionar como abrigos provisórios, o que ocasionou interrupções prolongadas das atividades pedagógicas e a desorganização das rotinas escolares. Entre os grupos mais atingidos, destacam-se as juventudes escolares (Cavalcanti, 2023), que vivenciaram não apenas perdas materiais, mas também a suspensão de processos educativos centrais para sua formação.

Nesse contexto, torna-se fundamental compreender a juventude não como uma fase meramente transitória do ciclo de vida, mas como um fenômeno social dinâmico e historicamente situado. Ao adotar essa perspectiva, Pais (1993) argumenta que a juventude é constituída pelas formas pelas quais os jovens vivem, sentem e produzem sentidos no mundo, articulando condicionantes sociais como classe, gênero, território e cultura, ao mesmo tempo em que mobilizam criatividade, experimentação e projeções de futuro.

Desse modo, a análise das juventudes em contextos de desastre demanda o uso das categorias analíticas propostas por Abramo (1997), que diferenciam a “condição juvenil”, relacionada aos significados socialmente atribuídos à juventude, e a “situação juvenil”, entendida como o conjunto de experiências concretas vividas pelos jovens, atravessadas por marcadores sociais como classe, gênero e etnia. Evidencia-se, assim, o caráter heterogêneo da experiência juvenil e o fato de que eventos como a enchente de 2024 afetaram as juventudes gaúchas de forma desigual.

Diante desse quadro, o presente estudo insere-se no campo das Geografias das Juventudes (Oliveira, 2023; 2024), perspectiva analítica que busca compreender como processos territoriais e sociais conformam as vivências, percepções e práticas juvenis em distintos contextos espaciais. Ao adotar uma abordagem geográfica das juventudes, a pesquisa reconhece os jovens como sujeitos ativos nos processos de apropriação, ressignificação e transformação dos territórios, considerando simultaneamente

as desigualdades estruturais que condicionam sua vulnerabilidade aos riscos socioambientais e os recursos de enfrentamento mobilizados em situações de crise.

Nesse sentido, o estudo contribui para o aprofundamento do debate sobre juventudes, espaços urbanos desfavorecidos e extremos climáticos, fomentando reflexões acerca da educação, da justiça socioambiental e das políticas públicas voltadas ao fortalecimento das capacidades adaptativas em um cenário de mudanças climáticas. Como fundamento legal, a pesquisa ancora-se no Estatuto da Juventude (Brasil, 2013), que assegura direitos relacionados à educação (Art. 07), ao território (Art. 31) e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (Art. 34), promovendo o protagonismo juvenil e seu potencial de transformação social.

Este artigo integra a pesquisa mais ampla intitulada *“Juventudes Contemporâneas e Desastres Climáticos: Impactos, Resiliência e Estratégias no Sul Global”*, cujo objetivo é compreender as percepções e estratégias de resiliência mobilizadas por jovens afetados por enchentes em municípios gaúchos severamente atingidos entre 2023 e 2024. A escuta das juventudes impactadas por desastres climáticos revela-se central para o enfrentamento de lacunas ainda presentes na produção acadêmica, marcada pela escassez de estudos que incorporem suas perspectivas. No caso específico do evento ocorrido no Rio Grande do Sul, essa escuta possibilita identificar vulnerabilidades, práticas de enfrentamento e potencialidades de resiliência. Ao criar espaços de expressão juvenil, o processo investigativo produz subsídios relevantes para a formulação de políticas públicas, ações de educação ambiental (Carvalho; Frizzo, 2016), iniciativas de atenção à saúde mental e estratégias de gestão de riscos fundamentadas em evidências empíricas.

Nesse sentido, o objetivo deste estudo consiste em analisar como jovens estudantes do Colégio Estadual Carlos Fagundes de Mello, situado no bairro Humaitá, em Porto Alegre — área fortemente atingida pela enchente de maio de 2024 —, percebem e enfrentam os efeitos dos desastres climáticos, a partir da aplicação de um questionário. Destaca-se que a instituição escolar, cenário da pesquisa, teve suas

atividades suspensas por aproximadamente três meses em decorrência da inundação, bem como dos processos posteriores de limpeza e reconstrução realizados com apoio da comunidade, impactando de maneira objetiva o calendário escolar. Assim, a análise busca compreender as dimensões físicas e sociais que atravessam as vivências das juventudes nesse espaço educativo.

2 METODOLOGIA

Este estudo apoia-se em uma abordagem metodológica de natureza quantitativa, considerada adequada para a análise integrada de dados objetivos e subjetivos, com o propósito de examinar as percepções, vivências e práticas de resiliência de jovens concluintes da educação básica diante dos impactos dos desastres climáticos ocorridos em maio de 2024. A adoção desse delineamento metodológico permite articular a identificação de tendências gerais com a interpretação aprofundada das experiências juvenis, reconhecendo a complexidade inerente aos fenômenos socioambientais e educacionais investigados.

Como procedimento de coleta de dados, optou-se pela aplicação de um questionário estruturado (Chaer; Diniz; Ribeiro, 2011), composto por questões abertas e fechadas. O instrumento foi elaborado com o objetivo de caracterizar o perfil sociodemográfico dos participantes e apreender suas percepções a partir de duas dimensões analíticas inter-relacionadas: (i) a dimensão emocional, relacionada às experiências afetivas, sentimentos, medos, inseguranças e estratégias subjetivas de enfrentamento mobilizadas pelos jovens diante dos desastres; e (ii) a dimensão pedagógica, voltada aos efeitos dos eventos extremos sobre os processos educativos, as trajetórias escolares, as rotinas de ensino-aprendizagem e as relações estabelecidas no espaço escolar.

Por sua natureza padronizada, o questionário configura-se como uma das técnicas mais amplamente utilizadas em pesquisas sociais e educacionais, especialmente

quando se busca acessar percepções individuais em contextos atravessados por eventos críticos. Entre suas principais potencialidades destacam-se o baixo custo, a possibilidade de alcançar um número expressivo de participantes, a garantia de anonimato das respostas e a praticidade no preenchimento, aspectos que favorecem maior adesão dos respondentes e a sistematização dos dados produzidos (Chaer; Diniz; Ribeiro, 2011). Além disso, a combinação entre questões abertas e fechadas possibilitou captar tanto regularidades quanto narrativas singulares, conferindo maior densidade ao processo analítico.

A pesquisa foi realizada no Colégio Estadual Carlos Fagundes de Mello, localizado no bairro Humaitá, em Porto Alegre, o qual constitui a área de estudo deste artigo. O bairro Humaitá situa-se na zona norte da capital gaúcha, em uma região historicamente marcada pela presença de áreas industriais, infraestrutura logística e ocupações residenciais populares. Trata-se de um território atravessado por importantes eixos de circulação urbana e por cursos d'água, o que o torna particularmente suscetível a eventos de inundação. Durante as enchentes de maio de 2024, o bairro foi severamente impactado, registrando extensas áreas alagadas, interrupção de serviços essenciais e danos a moradias e equipamentos públicos, incluindo instituições escolares. A proximidade com o lago Guaíba, aliada à baixa cota altimétrica de determinadas áreas, contribuiu para a rápida propagação das águas, afetando diretamente o cotidiano das famílias e, de modo especial, das juventudes residentes e estudantes da região.

A aplicação do questionário-piloto ocorreu em dois momentos distintos, nos dias 30 de maio e 4 de junho de 2025, aproximadamente um ano após o evento climático. Participaram dessa etapa 23 estudantes do 3º ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Carlos Fagundes de Mello. No período da coleta, o universo de jovens matriculados no último ano do Ensino Médio da instituição era composto por 54 estudantes, dos quais 34 apresentavam frequência regular. A escolha da escola como unidade piloto justificou-se tanto pela intensidade dos impactos sofridos durante a

enchente quanto pela necessidade de aprimorar o instrumento de pesquisa para as etapas subsequentes da investigação mais ampla.

Os critérios de participação incluíram a entrega do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), assegurando que todos os participantes estivessem plenamente informados sobre os objetivos, procedimentos e implicações da pesquisa. A participação ocorreu de forma voluntária e anônima, sendo garantida aos estudantes a possibilidade de desistência a qualquer momento, sem qualquer tipo de prejuízo. Todos os aspectos éticos foram rigorosamente observados, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016), garantindo o respeito à dignidade, à autonomia e à proteção dos sujeitos envolvidos.

3 RESULTADOS

3.1 Caracterização das juventudes participantes do estudo

A amostra da pesquisa foi constituída por 23 jovens estudantes, cujos perfis sociodemográficos foram delineados a partir de informações relativas à idade, identificação de gênero, situação socioeconômica, inserção no mundo do trabalho, local de residência e condições de moradia. Essa caracterização inicial mostra-se fundamental para a contextualização das percepções e experiências analisadas ao longo do estudo, uma vez que possibilita compreender como distintos marcadores sociais e territoriais atravessam as vivências juvenis em contextos de desastres climáticos.

Observou-se que a maior parte dos jovens situa-se na faixa etária de 17 anos (52%) e 18 anos (39,1%), havendo apenas 8,7% de participantes com 19 anos. Esses dados indicam a ausência de uma distorção idade-série significativa entre os estudantes investigados, sugerindo trajetórias escolares relativamente contínuas até o momento da coleta. Tal aspecto torna-se relevante quando se considera que a enchente de

maio de 2024 produziu impactos emocionais, sociais e pedagógicos expressivos, com potencial de afetar tanto a permanência quanto o desempenho escolar desses jovens.

Nesse sentido, torna-se pertinente refletir sobre os possíveis efeitos de reprovações escolares em contextos já atravessados por experiências traumáticas. Conforme discutem Silva e Alves (2024), situações de repetência tendem a expor os jovens a estigmas e discriminações associadas ao rendimento escolar, afetando sua segurança subjetiva e seu vínculo com a escola. No caso dos participantes desta pesquisa, tais fatores poderiam representar uma sobrecarga emocional adicional, somando-se às perdas, inseguranças e rupturas vivenciadas durante e após o evento climático extremo.

Constatou-se uma maior participação de jovens que se identificam com o gênero feminino (56,5%), seguidos por jovens do gênero masculino (39,1%) e por aqueles que se identificam como não binários (4,4%). Essa composição da amostra adquire relevância à luz das reflexões de Bassalo (2024), que aponta a escassez de estudos dedicados a investigar e conferir visibilidade às experiências das juventudes femininas. A autora destaca, ainda, que o contexto histórico contemporâneo tem sido marcado por movimentos de contestação ao protagonismo e à autonomia das mulheres, inclusive no campo acadêmico.

Segundo Bassalo (2024), a consolidação de discursos conservadores contrários aos avanços promovidos pelos movimentos feministas possui raízes históricas, especialmente a partir da década de 1990, sustentadas por narrativas que associam a igualdade de gênero a uma suposta ameaça às instituições tradicionais, como a família. Apesar desse cenário, a expressiva participação feminina nesta pesquisa evidencia que as jovens reconhecem a importância de se posicionar politicamente e de compartilhar suas vivências durante e após o evento climático de maio de 2024, reafirmando seu protagonismo na produção de narrativas sobre o desastre e seus impactos.

Observou-se que aproximadamente dois terços dos estudantes residem no bairro Humaitá, enquanto 4,3% vivem no bairro Vila Farrapos, 4,3% no bairro

Pôr do Sol e 4,3% em outra localidade da Vila Farrapos. Esses dados indicam que a maioria dos participantes habita áreas próximas à instituição escolar, sugerindo que a distância entre residência e escola, isoladamente, não se configura como um fator determinante para a baixa frequência escolar. Contudo, a assiduidade dos estudantes depende de uma multiplicidade de elementos, entre os quais se destacam as condições de deslocamento, o acesso ao transporte público ou privado e as possibilidades de deslocamento ativo, vivenciadas de forma desigual conforme as condições socioeconômicas de cada jovem.

Nesse contexto, Thuany *et al.* (2021), ao analisarem o deslocamento ativo de adolescentes entre 14 e 17 anos, apontam que, em nível nacional, 44,4% dos jovens utilizam esse tipo de deslocamento no trajeto até a escola. Os autores ressaltam, entretanto, que na região Sul do Brasil o deslocamento ativo não se configura como uma prática recorrente. Ainda que o deslocamento entre casa e escola não se apresente como um elemento central para a regularidade escolar, os impactos dos eventos climáticos extremos vivenciados pelos jovens desta pesquisa demandam atenção específica quando se discute assiduidade ou evasão escolar no Rio Grande do Sul. Para além das enchentes, episódios de calor extremo e frio intenso, associados à precariedade estrutural de muitas escolas, contribuem para a redução da frequência escolar e para o aprofundamento das desigualdades educacionais.

Verificou-se que 60,9% dos jovens declararam dedicar-se exclusivamente aos estudos, enquanto 39,1% afirmaram conciliar a vida escolar com atividades laborais. Conforme aponta Dias (2017), jovens pertencentes às classes populares tendem a apresentar trajetórias escolares marcadas por maior instabilidade, influenciadas por fatores como raça, gênero, composição familiar, escolaridade dos pais e renda familiar. Nesse sentido, o fato de uma parcela significativa dos jovens não estar inserida no mercado de trabalho não deve ser interpretado, de forma automática, como um indicador de maior disponibilidade para os estudos, uma vez que o desemprego também se configura como uma problemática relevante para esse grupo social.

No que se refere à renda média familiar mensal, observou-se uma distribuição heterogênea. Com exceção dos participantes que não souberam informar, a maior parcela dos jovens (43,5%) declarou viver em famílias com renda entre 1 e 3 salários mínimos, enquanto 26,1% afirmaram que a renda familiar mensal é inferior a 1 salário mínimo. Esses dados evidenciam a inserção majoritária dos participantes em contextos socioeconômicos vulneráveis, condição que tende a intensificar os impactos de eventos climáticos extremos sobre suas condições de vida, bem-estar emocional e permanência escolar.

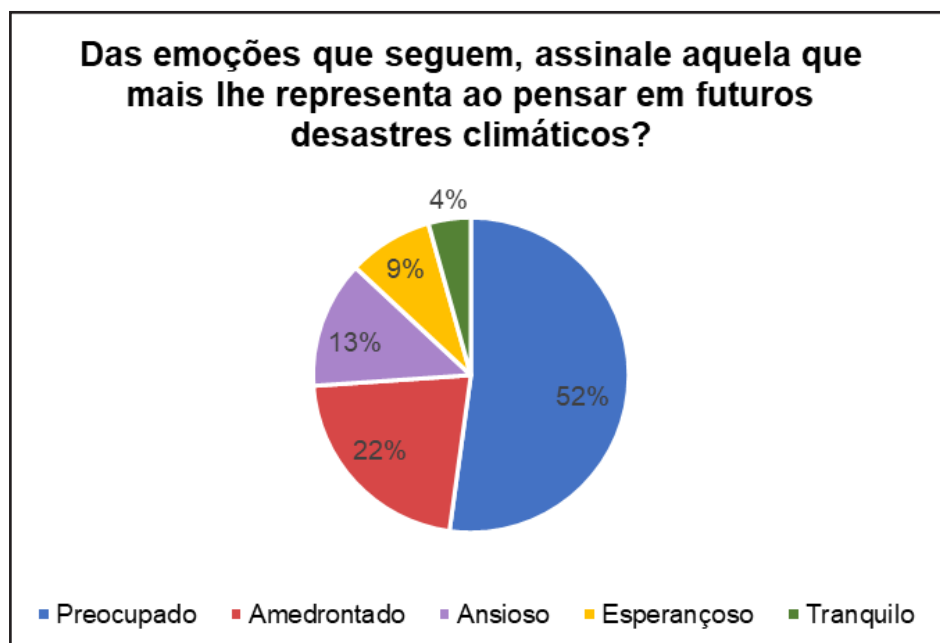
A maioria dos participantes (74%) reconhece viver em áreas suscetíveis a eventos como a enchente de maio de 2024, enquanto 13% afirmaram não residir em áreas de risco e outros 13% declararam não saber. Conforme Favero *et al.* (2016), a percepção de risco nem sempre corresponde objetivamente à situação de risco, sendo construída a partir de múltiplos fatores, como condições econômicas, vínculos afetivos com o território e transformações ambientais. Ainda segundo os autores, quando a população reconhece seus riscos e compreende a necessidade de proteção, ampliam-se as possibilidades de engajamento em ações de prevenção e enfrentamento. Nesse sentido, a elevada percepção de risco entre os jovens participantes configura um cenário favorável ao fortalecimento de estratégias de resiliência e à construção de respostas coletivas frente aos desastres climáticos.

3.2 Percepções emocionais

Nesta subseção, analisam-se as percepções emocionais das juventudes frente aos desastres climáticos, com ênfase nos impactos associados à enchente de maio de 2024. A análise abrange aspectos relacionados à saúde mental, às dificuldades de verbalização de experiências e sentimentos, bem como às projeções e expectativas em relação ao futuro, permitindo compreender como os jovens elaboram emocionalmente a vivência de eventos extremos e seus desdobramentos.

O Gráfico 1, apresentado a seguir, sintetiza as emoções manifestadas pelos estudantes diante da possibilidade de ocorrência de futuros desastres climáticos.

Gráfico 1 – Emoções relativas a futuros desastres climáticos



Fonte: Banco de dados da Pesquisa (2025). Organizado pelos autores (2025)

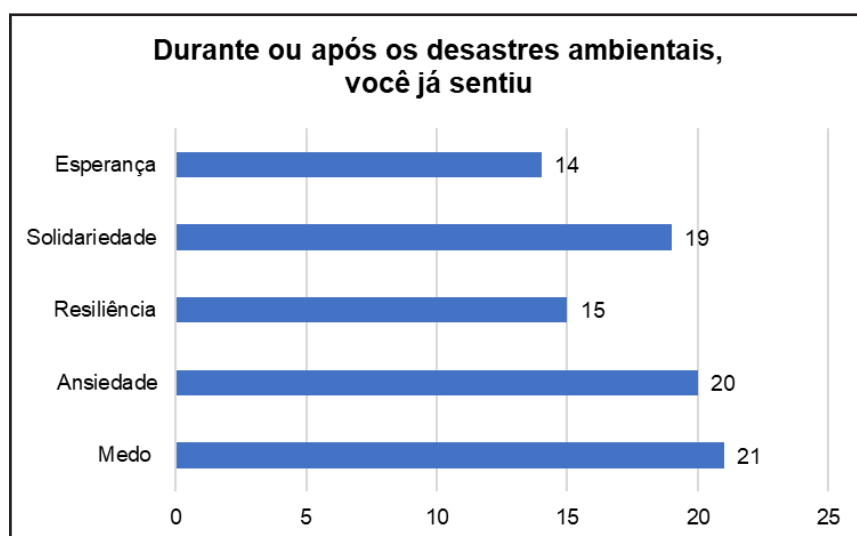
Quando questionados sobre seus sentimentos em relação a possíveis desastres climáticos futuros, 52,2% dos jovens declararam sentir-se “preocupados”. Em seguida, destacaram-se as emoções “amedrontado” (21,7%) e “ansioso” (13%). Esses resultados evidenciam a centralidade de emoções associadas à antecipação do risco e à incerteza, revelando que a experiência recente com a enchente de 2024 permanece atuante na forma como os jovens percebem o futuro.

Esse quadro dialoga diretamente com o conceito de ecoansiedade, que, segundo a Associação Americana de Psicologia (2017), refere-se a um temor crônico relacionado ao colapso ambiental, caracterizando-se como um estado de sofrimento mental associado à deterioração das condições ecológicas. A ecoansiedade pode desencadear impactos tanto na saúde mental quanto na saúde física, sobretudo em função do estresse prolongado gerado pela recorrência de eventos climáticos extremos.

Conforme apontam Hickman *et al.* (2021), embora a ecoansiedade se configure como uma experiência emocionalmente dolorosa e angustiante, ela não deve ser compreendida como um transtorno mental. Trata-se, antes, de uma resposta emocional de alerta frente às ameaças ambientais, podendo inclusive atuar como elemento mobilizador para a busca de soluções e engajamento socioambiental. Todavia, a ausência de respostas institucionais eficazes e de estratégias consistentes de enfrentamento da crise climática tende a intensificar esse estado emocional, convertendo a preocupação em ansiedade persistente e, potencialmente, debilitante.

O Gráfico 2 apresenta, na sequência, os sentimentos mais frequentemente mencionados pelos jovens durante e após a vivência de desastres ambientais.

Gráfico 2 – Emoções vivenciadas durante e após os desastres



Fonte: Banco de dados da Pesquisa (2025). Organizado pelos autores (2025)

Nesse item, os estudantes puderam assinalar mais de uma alternativa. As respostas mais recorrentes foram “medo” (21 menções) e “ansiedade” (20), seguidas por “solidariedade” (19), “resiliência” (15) e “esperança” (14). Os dados indicam que, embora emoções como solidariedade, resiliência e esperança estejam presentes, predominam sentimentos associados ao sofrimento emocional e à percepção de ameaça.

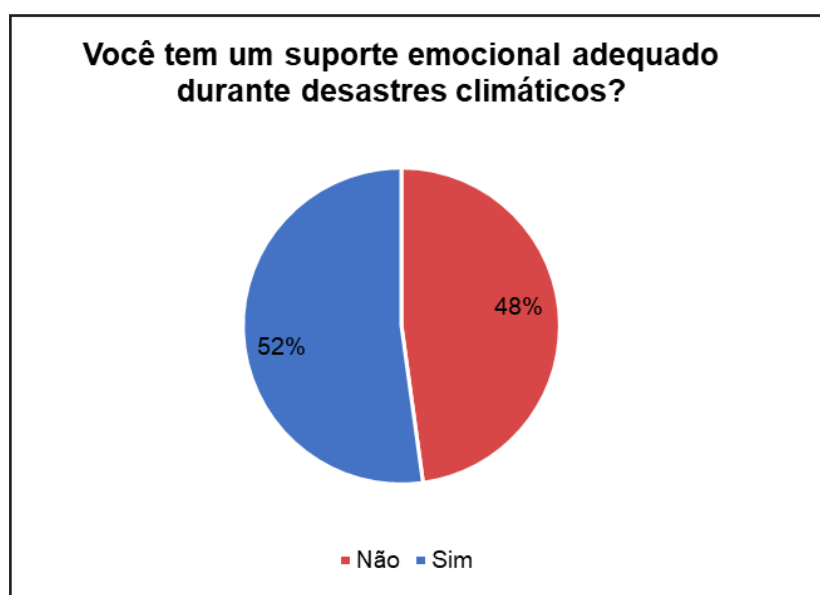
Conforme discutido por Brooks *et al.* (2019), em contextos de desastre é comum que emoções consideradas “negativas”, como medo e ansiedade, prevaleçam entre

as populações atingidas, em razão da ruptura abrupta da rotina, da sensação de insegurança e da perda de controle sobre o ambiente. Entretanto, a coexistência dessas emoções com sentimentos como solidariedade e esperança evidencia a natureza ambivalente das respostas emocionais aos desastres, nas quais o sofrimento convive com potenciais processos de reconstrução subjetiva e coletiva.

Nesse sentido, o panorama emocional revelado pelos dados aponta para a necessidade de abordagens psicossociais integradas, capazes de reconhecer e acolher o sofrimento emocional, ao mesmo tempo em que promovem o fortalecimento de vínculos comunitários e estratégias de enfrentamento que favoreçam processos de resiliência.

O Gráfico 3 apresenta as percepções das juventudes quanto à disponibilidade de suporte emocional durante situações de desastres climáticos.

Gráfico 3 – Percepção quanto ao suporte emocional durante desastres climáticos



Fonte: Banco de dados da Pesquisa (2025). Organizado pelos autores (2025)

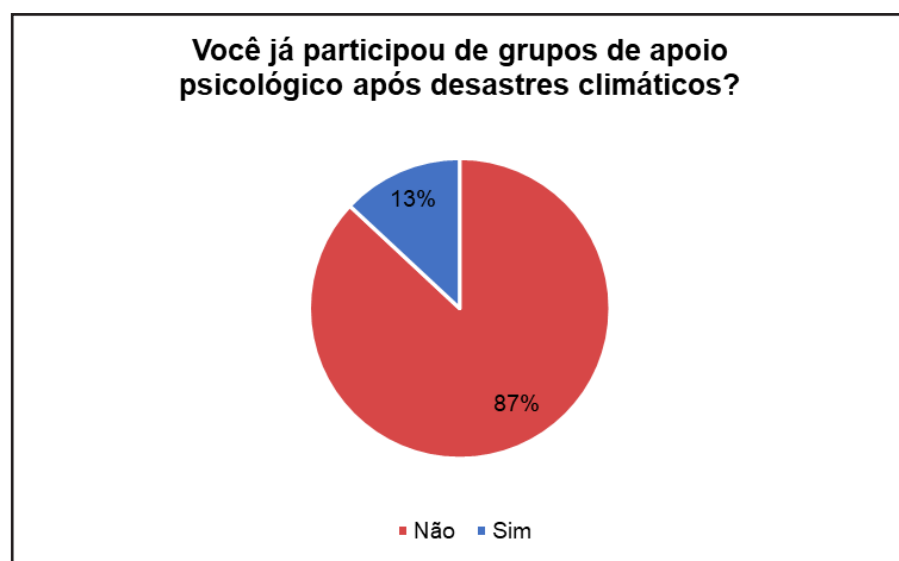
No que se refere ao suporte emocional disponível, 52,2% dos participantes afirmaram contar com apoio adequado, enquanto 47,8% declararam não dispor desse suporte. Essa distribuição quase equitativa evidencia desigualdades estruturais no acesso a recursos de cuidado emocional e psicológico, as quais podem ser interpretadas à luz da questão de classe e dos determinantes sociais da saúde.

O acesso aos serviços de saúde mental é profundamente condicionado pelas desigualdades socioeconômicas, uma vez que jovens pertencentes a camadas populares frequentemente não dispõem de recursos financeiros para custear atendimentos especializados. Essa limitação resulta em lacunas significativas no cuidado psicológico, considerando que a psicoterapia e outros serviços especializados ainda permanecem restritos a grupos com maior poder aquisitivo.

Entretanto, o suporte emocional não se limita ao acompanhamento profissional. Muitos jovens recorrem a redes informais de apoio, constituídas por familiares, amigos e professores, que desempenham papel relevante no acolhimento e na escuta. Em consonância com os dados apresentados, 82,6% dos participantes reconhecem a importância de discutir as emoções relacionadas aos desastres climáticos com amigos ou familiares. Ainda que essas relações possam atenuar os efeitos do sofrimento emocional, elas não substituem o acompanhamento especializado, sobretudo em situações de sofrimento prolongado, como aquelas associadas à ecoansiedade e aos impactos psicossociais das mudanças climáticas.

O Gráfico 4 apresenta os dados referentes à participação dos jovens em grupos de apoio psicológico após desastres climáticos.

Gráfico 4 – Participação em grupos de apoio psicológico após desastres climáticos



Fonte: Banco de dados da Pesquisa (2025). Organizado pelos autores (2025)

Observa-se que 87% dos respondentes declararam não ter participado de grupos de apoio psicológico após os desastres, enquanto apenas 13% afirmaram ter participado dessas iniciativas. Esses dados evidenciam a fragilidade — e, em muitos casos, a inexistência — de espaços de escuta qualificada, mesmo transcorrido mais de um ano desde o evento climático extremo.

Essa lacuna é particularmente preocupante, uma vez que, conforme destaca Maynard (2014), a escuta qualificada constitui um elemento central nos processos de recuperação emocional, proporcionando sentimentos de alívio, confiança e melhora do estado psicológico quando os indivíduos se sentem genuinamente acolhidos por profissionais capacitados. Nesse sentido, a escuta qualificada assume papel estratégico no enfrentamento dos impactos emocionais associados à crise climática.

Os dados levantados também indicam que 65,2% dos respondentes afirmaram que as enchentes impactaram “um pouco” sua saúde mental, enquanto 26,1% declararam ter sido “muito” impactados, totalizando 91,3% de jovens que perceberam algum grau de comprometimento emocional. Apenas 8,7% afirmaram não ter sentido impactos. Segundo Santos e Braga (2022), o desenvolvimento econômico e as dinâmicas sociais contemporâneas devem ser analisados à luz das mudanças climáticas, uma vez que a crise ambiental deixou de ser uma projeção futura para se configurar como uma realidade presente. Conforme os autores, “a juventude atual é a primeira geração a crescer sob a consciência constante de uma catástrofe ambiental global e, paradoxalmente, a última que ainda pode fazer algo para evitá-la” (Santos; Braga, 2022, p. 38). Tal condição intensifica o peso emocional da experiência climática entre os jovens, ampliando sentimentos de responsabilidade, medo e incerteza.

A atuação de profissionais da área da saúde mental junto às populações impactadas por desastres revela-se, portanto, fundamental em contextos de crise. Conforme discutem Rafaloski *et al.* (2020), intervenções orientadas por referenciais teóricos e práticos da saúde mental possibilitam o desenvolvimento de ações voltadas

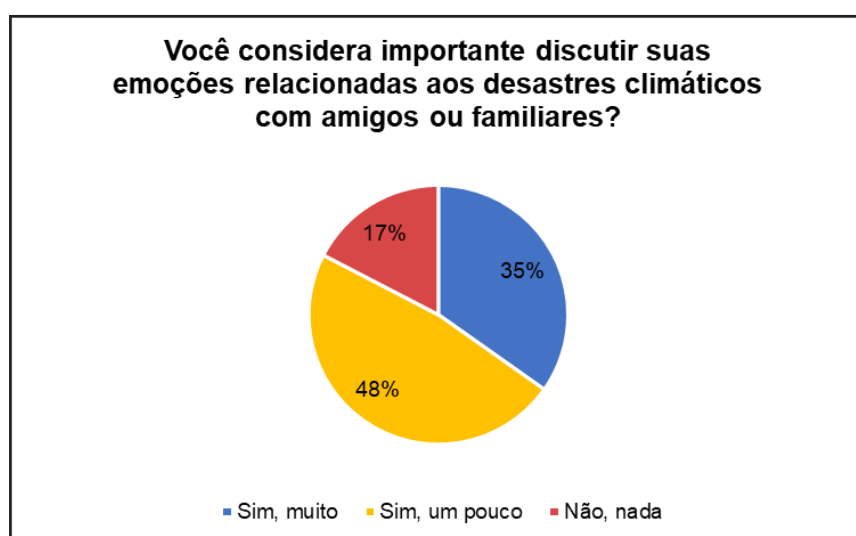
à prevenção, mitigação e tratamento de agravos psicossociais, tanto para a população atingida quanto para os próprios profissionais envolvidos.

No Atlas das Juventudes (UNESCO, 2021, p. 41), são apresentados dados comparativos sobre o nível de preocupação de jovens e adultos em relação a diferentes temas. No que concerne ao combate às mudanças climáticas, observa-se uma diferença mínima — de apenas 0,21% a mais entre os adultos —, indicando níveis semelhantes de preocupação entre os grupos etários. Esse resultado contrasta com os dados desta pesquisa, que revelam uma preocupação significativamente elevada entre as juventudes, sugerindo a necessidade de uma leitura contextualizada dessa discrepância.

Cabe ressaltar que o Atlas foi publicado em 2021, com base nos microdados do Censo de 2010, refletindo percepções construídas antes da intensificação dos desastres climáticos observada na última década. Assim, é plausível considerar que a vivência recente de eventos extremos tenha ampliado a consciência climática e o sentimento de vulnerabilidade entre os jovens brasileiros, o que ajuda a explicar a diferença observada.

O Gráfico 5 apresenta a percepção dos jovens acerca da importância de discutir emoções relacionadas aos desastres climáticos.

Gráfico 5 – Percepção da importância de discutir emoções relacionadas a desastres climáticos



Fonte: Banco de dados da Pesquisa (2025). Organizado pelos autores (2025)

Conforme os dados, 47,8% dos participantes consideram “um pouco” importante conversar sobre suas emoções com amigos ou familiares, enquanto 34,8% avaliam essa troca como “muito importante”, totalizando 82,6% dos respondentes que reconhecem, em algum nível, a relevância desse diálogo. Em contrapartida, 17,4% afirmaram não atribuir importância a esse tipo de conversa. Esses resultados indicam uma tendência majoritária de valorização da comunicação emocional como estratégia de enfrentamento da crise climática. O compartilhamento de sentimentos emerge, assim, como um recurso relevante de regulação emocional, contribuindo para a mitigação dos efeitos psicológicos associados à ecoansiedade.

O Gráfico 6 apresenta as principais estratégias adotadas pelos jovens para lidar com as emoções relacionadas aos desastres climáticos.

Gráfico 6 – Formas de lidar com as emoções diante de desastres climáticos



Fonte: Banco de dados da Pesquisa (2025). Organizado pelos autores (2025)

Os participantes puderam selecionar mais de uma alternativa. Houve 17 menções à opção “conversar com outras pessoas”, indicando que o diálogo interpessoal constitui a principal estratégia de enfrentamento emocional. A prática de esportes ou hobbies foi mencionada 12 vezes, enquanto atividades comunitárias foram citadas em 6 menções.

Já as opções “ocupar a mente” e “buscar atendimento psicológico, psiquiátrico ou participar de grupos terapêuticos” receberam apenas uma menção cada.

Esses dados revelam a predominância de estratégias baseadas nas relações interpessoais e em ações práticas cotidianas, ao passo que o recurso ao apoio profissional aparece de forma residual. Tal cenário reforça a necessidade de ampliar e fortalecer espaços institucionais de acolhimento e educação emocional, especialmente no âmbito escolar, de modo a diversificar as possibilidades de cuidado em saúde mental disponíveis às juventudes.

Os dados produzidos ainda indicam que 52,2% dos participantes consideram “um pouco” difícil falar sobre essas emoções em sua comunidade, enquanto 21,7% avaliam essa dificuldade como “muito” elevada, totalizando 73,9% das respostas. Em contrapartida, 26,1% afirmam não perceber dificuldade nesse processo.

Esses resultados revelam que, embora haja reconhecimento da importância de expressar sentimentos relacionados às mudanças climáticas, a comunicação emocional ainda enfrenta barreiras significativas no contexto comunitário. Tais obstáculos podem estar associados à ausência de espaços de escuta, à desvalorização das emoções na esfera pública ou a fatores culturais que desencorajam a exposição da vulnerabilidade emocional, especialmente quando vinculada a experiências de sofrimento coletivo. Conforme apontam Martins, Missiatto e Sousa (2025), o impacto emocional tende a se intensificar quando a perda envolve não apenas o espaço físico, mas também dimensões simbólicas, como memórias afetivas, histórias de vida e o sentimento de pertencimento ao território.

3.3 Percepções Pedagógicas

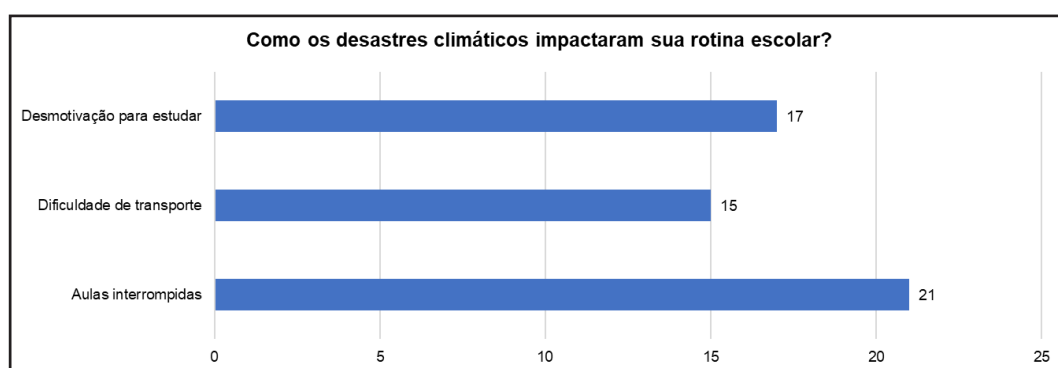
Os desastres climáticos impactam a vida escolar das juventudes do Sul Global em múltiplas dimensões, afetando tanto o acesso à educação quanto as exigências pedagógicas impostas por um novo regime climático, que demanda adaptações curriculares, institucionais e formativas (Sierra-Barón *et al.*, 2025). Considerando

a centralidade das relações pedagógicas estabelecidas entre os jovens do bairro Humaitá, em Porto Alegre, a primeira questão desta seção refere-se à realização de atividades de educação ambiental no contexto escolar.

Em 52% das respostas, os estudantes afirmaram que são oferecidas atividades de educação ambiental, enquanto 48% indicaram que tais ações não ocorrem. Chama atenção o fato de que os dados foram coletados em uma mesma escola, com estudantes do mesmo ano escolar, o que evidencia percepções divergentes acerca da presença e da visibilidade dessas práticas pedagógicas. Tal resultado sugere não apenas possíveis discontinuidades na implementação da educação ambiental, mas também fragilidades na sua institucionalização como eixo estruturante do projeto pedagógico escolar. De acordo com o Programa Nacional de Educação Ambiental (Brasil, 1999), a educação ambiental deve ser contínua, interdisciplinar e pluridimensional, princípios que, conforme destacam Fracalanza *et al.* (2013), demandam integração efetiva ao cotidiano escolar, e não ações pontuais ou episódicas.

Na sequência, o Gráfico 7 apresenta as percepções dos jovens do Humaitá acerca dos impactos dos desastres climáticos em sua rotina escolar.

Gráfico 7 – Impactos dos desastres climáticos na rotina escolar



Fonte: Banco de dados da Pesquisa (2025). Organizado pelos autores (2025)

A interrupção das aulas foi apontada como o principal impacto, presente em 91% das respostas, seguida pela desmotivação para estudar (74%) e pela dificuldade de transporte (65%). Embora os participantes residam no mesmo bairro ou em

áreas próximas à escola, 35% não identificaram problemas de deslocamento, o que evidencia a natureza multifatorial das dificuldades de mobilidade urbana em contextos de desastre. Conforme Thuany *et al.* (2021), fatores como gênero, idade e outras interseccionalidades produzem experiências diferenciadas de acesso ao território e aos serviços urbanos. De modo geral, os dados revelam que as mudanças climáticas produzem efeitos concretos sobre o acesso, a permanência e a qualidade da experiência escolar, colocando em risco o direito à educação, especialmente em territórios marcados por vulnerabilidades socioambientais (Sierra-Barón *et al.*, 2025).

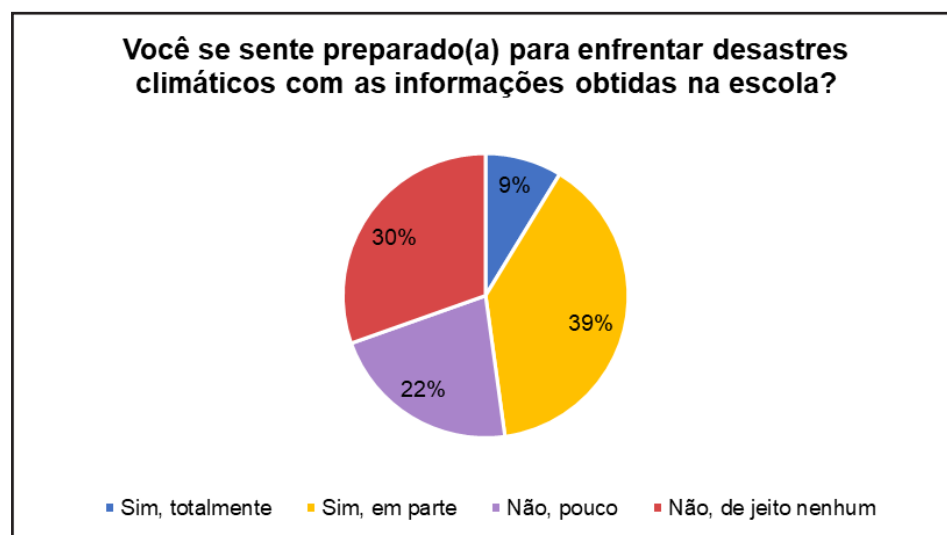
A totalidade dos jovens participantes da pesquisa considera importante aprender sobre desastres climáticos no contexto escolar, sendo que 17% classificaram essa aprendizagem como “um pouco importante” e 83% como “muito importante”. Esses dados evidenciam não apenas a consciência juvenil acerca da centralidade do tema, mas também uma demanda explícita por uma formação escolar capaz de dialogar com os desafios impostos pelas mudanças climáticas. Tal percepção reforça a ideia de que a escola é reconhecida como espaço legítimo de mediação do conhecimento climático, sobretudo em contextos nos quais os jovens vivenciam diretamente os efeitos dos eventos extremos (Sierra-Barón *et al.*, 2025).

Com o aumento da frequência e da intensidade dos desastres climáticos, o Gráfico 8 apresenta a percepção dos estudantes quanto ao preparo oferecido pela escola, considerando suas condições materiais e pedagógicas.

Os resultados indicam que 39% dos estudantes se sentem “em parte” preparados para enfrentar futuros desastres climáticos a partir do que aprenderam na escola. Em contrapartida, 30% afirmam não se sentir preparados de forma alguma, enquanto 22% relatam sentir-se apenas minimamente preparados. Esse sentimento de insuficiência formativa revela limites importantes da ação escolar frente à complexidade da crise climática. Conforme destaca Sierra-Barón (2025), a percepção de despreparo diante de eventos extremos recorrentes pode intensificar

sentimentos de ecoansiedade, desamparo e perda de controle, afetando a capacidade dos jovens de enfrentar situações adversas no presente e no futuro.

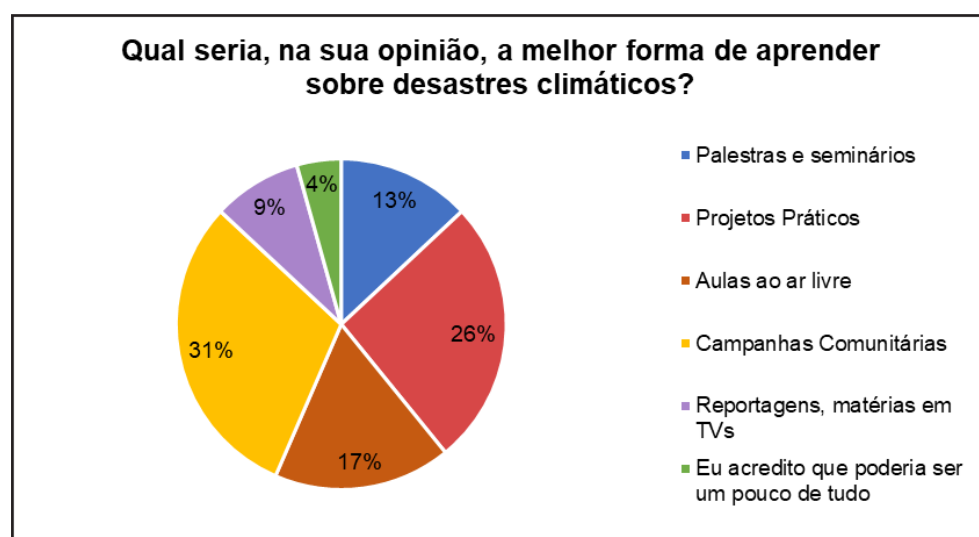
Gráfico 8 – Percepção do preparo escolar para enfrentar desastres climáticos



Fonte: Banco de dados da Pesquisa (2025). Organizado pelos autores (2025)

Em continuidade à discussão sobre educação ambiental, o Gráfico 9 reúne as percepções dos jovens acerca das formas consideradas mais adequadas para aprender sobre desastres climáticos.

Gráfico 9 – Formas consideradas mais adequadas para aprender sobre desastres climáticos



Fonte: Banco de dados da Pesquisa (2025). Organizado pelos autores (2025)

As campanhas comunitárias foram a opção mais mencionada (30%), seguidas por projetos práticos (26%), aulas ao ar livre (17%) e palestras ou seminários (13%), além de respostas que incluíram reportagens e conteúdos midiáticos ou a combinação de diferentes estratégias. A diversidade das respostas evidencia uma concepção ampliada de educação ambiental, que ultrapassa os limites da sala de aula e articula escola, comunidade e território. Conforme Fracalanza *et al.* (2013), projetos de educação ambiental eficazes demandam uma formação transversal e cidadã, capaz de conectar conhecimento científico, práticas comunitárias e ação coletiva. Nesse sentido, os dados indicam a necessidade de uma maior abrangência epistemológica na educação ambiental escolar, ainda pouco explorada, que possibilite a construção de pontes entre ciência, vivência territorial e engajamento social frente à crise climática (Vendrametto, 2025).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar as percepções emocionais e pedagógicas de jovens concluintes da educação básica afetados pelas enchentes de maio de 2024, tomando como recorte empírico o Colégio Estadual Carlos Fagundes de Mello, localizado no bairro Humaitá, em Porto Alegre. Inserida no campo das Geografias das Juventudes, a pesquisa partiu do pressuposto de que os desastres climáticos não se restringem a impactos materiais e infraestruturais, mas produzem efeitos profundos sobre as subjetividades juvenis, os processos educativos e as formas de relação com o território.

Os resultados evidenciam que a vivência do desastre climático permanece atuante no cotidiano emocional dos jovens, manifestando-se sobretudo por meio de sentimentos de preocupação, medo e ansiedade diante da recorrência e da imprevisibilidade dos eventos extremos. Tais emoções dialogam diretamente com o conceito de ecoansiedade, compreendida como uma resposta emocional ao

reconhecimento da crise ambiental e de seus riscos concretos. Ao mesmo tempo, emergem sentimentos como solidariedade, esperança e resiliência, revelando a ambivalência das experiências emocionais juvenis em contextos de desastre. Essa coexistência de sofrimento e potência indica que as juventudes não se limitam a uma posição de vulnerabilidade passiva, mas mobilizam recursos afetivos e coletivos na tentativa de elaborar e enfrentar as rupturas vivenciadas.

Entretanto, a análise também revela fragilidades significativas no acesso a suportes institucionais de cuidado emocional. A baixa participação dos jovens em grupos de apoio psicológico e a percepção quase equilibrada entre aqueles que contam e os que não contam com suporte emocional adequado evidenciam desigualdades estruturais no acesso à saúde mental, fortemente atravessadas por condições socioeconômicas e territoriais. Embora redes informais de apoio — como familiares, amigos e professores — desempenhem papel relevante no acolhimento, os dados indicam que tais estratégias, por si só, não são suficientes para responder aos impactos emocionais prolongados associados aos desastres climáticos. A dificuldade de verbalização das emoções no âmbito comunitário reforça a necessidade de criação e fortalecimento de espaços de escuta qualificada, capazes de legitimar o sofrimento e promover processos de elaboração coletiva.

No que se refere às percepções pedagógicas, os resultados demonstram que os desastres climáticos afetaram de maneira direta e significativa a trajetória escolar dos jovens, especialmente por meio da interrupção prolongada das aulas, da desmotivação para os estudos e das dificuldades de acesso à escola. Esses elementos evidenciam que as mudanças climáticas colocam em risco não apenas a continuidade dos processos educativos, mas também o direito à educação de qualidade, sobretudo em territórios marcados por vulnerabilidades socioambientais históricas.

Apesar desses impactos, observa-se um consenso entre os jovens quanto à importância de aprender sobre desastres climáticos no contexto escolar, o que revela uma demanda explícita por uma educação ambiental mais consistente, contínua e

conectada à realidade vivida. Contudo, essa valorização contrasta com a percepção limitada acerca do preparo efetivo oferecido pela escola para enfrentar eventos extremos futuros. Tal tensão aponta para a existência de um descompasso entre o reconhecimento da relevância da temática climática e sua efetiva incorporação ao cotidiano pedagógico, ainda marcada por ações fragmentadas e pouco sistematizadas.

As preferências juvenis por estratégias pedagógicas como campanhas comunitárias, projetos práticos e aulas ao ar livre indicam uma concepção ampliada de educação ambiental, que ultrapassa os limites da sala de aula e articula escola, território e comunidade. Esses dados reforçam a necessidade de metodologias pedagógicas mais participativas, experienciadas e territorializadas, capazes de integrar conhecimento científico, vivências locais e ação coletiva. Nesse sentido, a educação ambiental emerge não apenas como um conteúdo curricular, mas como uma prática formativa transversal, fundamental para a construção de capacidades adaptativas diante da crise climática.

A articulação entre as dimensões emocionais e pedagógicas permite compreender que o sofrimento psíquico decorrente dos desastres influencia diretamente os processos de aprendizagem, a motivação escolar e a permanência dos jovens na escola. A instituição escolar, portanto, assume papel estratégico não apenas na transmissão de conhecimentos, mas também como espaço de cuidado, acolhimento e elaboração simbólica das experiências traumáticas. Reconhecer essa função ampliada da escola é fundamental em contextos de emergência climática, nos quais educação, saúde mental e justiça socioambiental se entrelaçam de forma indissociável.

Como limitações do estudo, destaca-se seu caráter piloto, o recorte territorial específico e a utilização predominante de dados autorreferidos. Ainda assim, os resultados oferecem subsídios relevantes para o aprofundamento do debate acadêmico e para a formulação de políticas públicas sensíveis às experiências juvenis. Pesquisas futuras podem ampliar a escala da investigação, incorporar análises longitudinais e aprofundar abordagens qualitativas, de modo a compreender os efeitos de médio e

longo prazo dos desastres climáticos sobre as trajetórias educacionais e emocionais das juventudes.

Por fim, este estudo reafirma a centralidade das juventudes como sujeitos que vivenciam a crise climática de forma direta e cotidiana, mas que também detêm potencial de mobilização, criação e transformação social. Escutar suas percepções, acolher seus afetos e incorporar suas demandas ao campo educacional e às políticas públicas constitui um passo fundamental para enfrentar os desafios impostos por um mundo marcado por extremos climáticos cada vez mais frequentes. Nesse sentido, a pesquisa busca contribuir para a construção de respostas mais justas, sensíveis e territorialmente situadas diante da emergência climática contemporânea.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), pelo financiamento da pesquisa e à Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPESQ/UFRGS), pela concessão de bolsas de Iniciação Científica.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5/6, p. 73–90, 1997.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (Brasil). **As enchentes no Rio Grande do Sul**: lições, desafios e caminhos para um futuro resiliente. Brasília: ANA, 2025. 57 p. il. ISBN 978-65-88101-73-5.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. **Mental health and our changing climate**: impacts, implications, and guidance. Washington, DC: APA, 2017. Disponível em: <https://www.apa.org/news/press/releases/2017/03/mental-health-climate.pdf>. Acesso em: 28 out. 2025.

AQUINO, Francisco Eliseu; SCHOSSLER, Venisse; VALENTE, Pedro Teixeira. Juventudes, mudanças do clima e extremos. In: OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel (org.). **Juventudes e mudanças climáticas**. Porto Alegre, RS: GEPJUVE, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.even3.com.br/book/juventudes-e-mudancas-climaticas-4751015>. Acesso em: 11 fev. 2026.

ARIAS, Paola *et al.* Technical summary. In: IPCC. **Climate change 2021: the physical science basis**. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge University Press, 2023. p. 33–144. DOI: 10.1017/9781009157896.002.

BASSALO, Lucélia. Jovens mulheres e feminismo. In: OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel (org.). **Temáticas emergentes em juventudes**. Porto Alegre: GEPJUVE, 2024. p. 128–151.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE). Brasília, DF, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 25 set. 2025.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016. Seção 1, p. 44.

BROOKS, Samantha; DUNN, Rebecca; AMLÔT, Richard *et al.* Protecting the psychological wellbeing of staff exposed to disaster or emergency at work: a qualitative study. **BMC Psychology**, v. 7, p. 78, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s40359-019-0360-6>. Acesso em: 25 set. 2025.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; FRIZZO, Taís Cristine Ernst. Environmental education in Brazil. In: PETERS, M. A. (ed.). **Encyclopedia of educational philosophy and theory**. Singapore: Springer, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-981-287-532-7_316-1. Acesso em: 15 out. 2025.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Juventudes, ensino de Geografia e formação/atuação cidadãs. In: OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel (org.). **Geografias das juventudes**. Porto Alegre: GEPJUVE, 2023. p. 155–180.

CHAER, Galdino; DINIZ, Rafael Rosa Pereira; RIBEIRO, Elisa Antônia. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Evidência**, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251–266, 2011. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia_artigos/pesquisa_social.pdf. Acesso em: 15 out. 2025.

DIAS, Regina Lúcia Cerqueira. Trajetória escolar de estudantes das classes populares e acesso ao ensino superior. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 98, n. 248, p. 212–229, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/kqWDbhsN76sRs8mxsTkKZBQ/>. Acesso em: 23 nov. 2025.

FAN, Fernando Mainardi *et al.* A cheia de 2024 no Rio Grande do Sul. In: **RS: resiliência & sustentabilidade: reflexões para a reconstrução do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Libretos, p. 47–64, 2025.

FAVERO, Eveline *et al.* Percepção de risco ambiental: uma análise a partir de anotações de campo. **Revista Interamericana de Psicologia**, v. 50, n. 1, p. 64–74, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28446021008>. Acesso em: 09 nov. 2025.

FRACALANZA, Hilário. *et al.* A educação ambiental no Brasil: panorama inicial da produção acadêmica. **Ciências em Foco**, Campinas, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <https://scispace.com/pdf/a-educacao-ambiental-no-brasil-panorama-inicial-da-producao-2mp9nx33j4.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2025.

HICKMAN, Caroline et al. Young people's voices on climate anxiety, government betrayal and moral injury: a global phenomenon. **SSRN Electronic Journal**, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3918955> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3918955>. Acesso em: 08 nov. 2025.

MARTINS, Anderson Ricardo; MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca; SOUSA, Douglas Antoni de Jesus. Mudanças climáticas e saúde mental: quando o clima também afeta emoções e relações. **Revista Bem Viver Compartilhando Saberes**, Porto Velho, RO, v. 1, n. 2, p. 22–32, 2025. Disponível em: <https://periodicos.emeron.edu.br/index.php/bemviver/article/view/424>. Acesso em: 31 out. 2025.

MAYNART, Willams Henrique da Costa. et al. A escuta qualificada e o acolhimento na atenção psicossocial. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 27, n. 4, p. 300–304, ago. 2014.

NOBRE, Carlos A.; REID, Julia; VEIGA, Ana Paula Soares. **Fundamentos científicos das mudanças climáticas**. São José dos Campos: Rede Clima/INPE, 2012.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel (org.). **Geografias das juventudes**. 1. ed. Porto Alegre: Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventudes e Educação, 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/256855>. Acesso em: 15 out. 2025.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. Geografias das Juventudes: a construção do estado da arte na pós-graduação brasileira. **Para Onde?**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 59–78, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/paraonde/article/view/130242>. Acesso em: 02 jan. 2026.

PAIS, José Machado. **Nas rotas do cotidiano**. Coimbra: Revista Crítica de Ciências Sociais, 1993.

RAFALOSKI, A. R. et al. Saúde mental das pessoas em situação de desastre natural sob a ótica dos trabalhadores envolvidos. **Saúde em Debate**, v. 44, n. spe2, p. 230–241, jul. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. **Mapa Único do Plano Rio Grande**. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2024. Disponível em: <https://planoriogrande.rs.gov.br/mapa-unico>. Acesso em: 20 nov. 2025.

SANTOS, Cristiano Lange dos; BRAGA, Juliana Toralles dos Santos. Eco-ansiedade: reflexões sobre a angústia da juventude relacionada à crise ecológica. In: CUSTÓDIO, André Viana; SANTOS, Cristiano Lange dos (orgs.). **Direitos de Juventude**. Criciúma: Editora Belcanto, 2022. p. 36–55.

SIERRA-BARÓN, Willian et al. Cambio climático en las infancias y juventudes en Latinoamérica: una revisión cualitativa. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 23, n. 2, p. 1–22, 2025. Disponível em: <http://revistaumanizales.cinde.org.co/rllcsnj/index.php/Revista-Latinoamericana/article/view/6829>. Acesso em: 06 nov. 2025.

SILVA, Frederiko Luz; ALVES, Miriam Fábila. Cotidiano escolar: o que dizem jovens estudantes de Goiás com distorção idade-série. **Revista Dialnet**, v. 15, n. 1, p. 381–397, 2024. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10223393>. Acesso em: 28 out. 2025.

THUANY, Mabliny et al. Deslocamento ativo em adolescentes: prevalência e preditores associados ao trajeto casa-escola. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, [S. l.], v. 26, p. 1–8, 2021. DOI: 10.12820/rbafs.26e0203. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/14419>. Acesso em: 30 out. 2025.

UNESCO; Fundação Roberto Marinho. **Atlas das Juventudes**: evidências para a transformação das juventudes. São Paulo: Instituto Veredas, 2021. Disponível em: Atlas das Juventudes 2021 – PDF completo. Acesso em: 29 maio 2026.

VENDRAMETTO, Leila Maria. **Aprendizagem social e ciência cidadã na escola**: mobilização infantojuvenil para a adaptação climática. 2025. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003258798>. Acesso em: 06 nov. 2025.

Contribuições de autoria

1 – Victor Hugo Nedel Oliveira

Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
<https://orcid.org/0000-0001-5624-8476> • victor.juventudes@gmail.com

Contribuição: Conceituação, Curadoria de dados, Análise Formal, Obtenção de financiamento, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Recursos, Supervisão, Validação, Escrita – revisão e edição

2 – Marina de Assumpção Bello

Graduanda em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
<https://orcid.org/0009-0001-3011-7061> • marinabello04@gmail.com

Contribuição: Análise Formal, Escrita – primeira redação

3 – Ana Beatriz Weber Pithan

Graduanda em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
<https://orcid.org/0009-0009-3728-9825> • anabeatrizweberpithan@gmail.com

Contribuição: Análise Formal, Escrita – primeira redação

4 – Nicole Boff Casagrande

Graduanda em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
<https://orcid.org/0000-0001-6343-7902> • nickcasagrande0803@gmail.com

Contribuição: Análise Formal, Escrita – primeira redação

5 – Raquel Amaro da Silveira Torres

Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

<https://orcid.org/0009-0007-6906-7667> • raqtorres.78@gmail.com

Contribuição: Curadoria de dados, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Supervisão, Validação, Escrita – primeira redação

Como citar este artigo

OLIVEIRA, V. H. N.; BELLO, M. A.; PITHAN, A. B. W.; CASAGRANDE, N. B.; TORRES, R. A. S. Vozes da enchente: Geografias das Juventudes e os jovens escolares de 2024 do bairro Humaitá (Porto Alegre, RS). **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 30, e95234, 2026. Disponível em: 10.5902/2236499495234. Acesso em: dia mês abreviado. ano.